

## Regulamento de Proteção de Dados Pessoais

### 1. Objeto

O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD), estabelece as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

A execução do RGPD na ordem jurídica nacional é assegurada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, bem como por legislação setorial aplicável ao sistema educativo, nomeadamente a relativa à administração e gestão escolar, plataformas informáticas do Ministério da Educação e normas arquivísticas da Administração Pública.

O presente Regulamento tem como objeto definir as regras internas aplicáveis ao tratamento de dados pessoais no Agrupamento de Escolas de Amares, garantindo a conformidade legal, a transparência, a segurança da informação e a proteção dos direitos dos titulares dos dados, em cumprimento do princípio da responsabilidade (accountability).

### 2. Âmbito de aplicação

O presente Regulamento aplica-se a todos os tratamentos de dados pessoais realizados pelo Agrupamento de Escolas de Amares, em suporte físico ou digital, relativos a:

- Alunos;
- Encarregados de educação e familiares;
- Pessoal docente e não docente;
- Prestadores de serviços, fornecedores e parceiros institucionais;
- Outros titulares de dados que se relacionem com o Agrupamento.

Aplica-se igualmente a todos os membros da comunidade educativa que, no exercício das suas funções, tenham acesso a dados pessoais.

O tratamento de dados pessoais respeita os princípios da licitude, lealdade, transparência, limitação das finalidades, minimização dos dados, exatidão, limitação da conservação, integridade, confidencialidade e responsabilidade.

### 3. Princípios do Tratamento de Dados

O Agrupamento assegura que o tratamento de dados pessoais respeita os princípios consagrados no artigo 5.º do RGPD, designadamente:

- Licitude, lealdade e transparência;
- Limitação das finalidades;
- Minimização dos dados;
- Exatidão;
- Limitação da conservação;

- Integridade e confidencialidade;
- Responsabilidade.

#### 4. Fundamentos de licitude

Os dados pessoais são tratados com base nos seguintes fundamentos jurídicos:

- Cumprimento de obrigações legais;
- Exercício de funções de interesse público e autoridade pública;
- Execução de contrato de prestação de serviços educativos;
- Consentimento do titular dos dados, apenas quando aplicável e legalmente adequado.

O consentimento não constitui fundamento de licitude quando exista desequilíbrio de poder entre o Agrupamento e o titular dos dados, nomeadamente no contexto da relação educativa.

#### 5. Responsável pelo tratamento

O responsável pelo tratamento de dados pessoais é:

Agrupamento de Escolas de Amares

Rua da Escola Secundária, n.º 73 – 4720-143 Besteiros AMR

Telefone: 253 909 330

Email: [geral@aeamares.com](mailto:geral@aeamares.com)

O Agrupamento atua, em determinadas operações de tratamento, em articulação com o Ministério da Educação, podendo assumir a qualidade de responsável conjunto pelo tratamento, nos termos do artigo 26.º do RGPD.

#### 6. Encarregado de Proteção de Dados (EPD)

O Encarregado de Proteção de Dados é designado pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e pode ser contactado através de:

Telefone: 225 191 900

Email: [rgpd.dsrm@dgeste.mec.pt](mailto:rgpd.dsrm@dgeste.mec.pt)

O EPD atua como ponto de contacto entre o Agrupamento, os titulares dos dados e a CNPD.

## 7. Direitos dos titulares

Os titulares dos dados têm direito de acesso, retificação, apagamento, limitação, oposição e portabilidade, nos termos do RGPD.

Os pedidos são analisados e respondidos no prazo máximo de 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado nos termos legais. Poderá ser solicitada prova de identidade para salvaguarda da confidencialidade.

## 8. Prazos de Conservação dos Dados

Os dados pessoais são conservados apenas pelo período necessário à prossecução das finalidades que motivaram o seu tratamento, tendo em conta:

- Obrigações legais e regulamentares;
- Portarias de gestão documental aplicáveis à Administração Pública;
- Orientações da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

Sem prejuízo de outros prazos legalmente previstos, aplicam-se, a título indicativo, os seguintes prazos:

- Processos individuais de alunos: conservação permanente ou pelo prazo legalmente definido;
- Dados de avaliação e assiduidade: até à conclusão do percurso escolar e prazos legais subsequentes;
- Dados administrativos e financeiros: 10 anos;
- Registos de acesso a sistemas e plataformas: até 1 ano;
- Imagens e conteúdos multimédia sujeitos a consentimento: até à retirada do consentimento ou cessação da finalidade.

O Agrupamento mantém uma tabela interna de prazos de conservação e procede à eliminação ou anonimização dos dados findos os respetivos prazos.

## 9. Segurança do Tratamento

O Agrupamento implementa medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir um nível de segurança apropriado ao risco, incluindo, entre outras:

- Controlo de acessos baseado em perfis de utilizador;
- Autenticação forte e gestão de palavras-passe;
- Encriptação de comunicações e dados sensíveis;
- Registo e monitorização de acessos;
- Formação e sensibilização da comunidade educativa.

## 10. Violação de Dados Pessoais

Qualquer incidente que possa configurar uma violação de dados pessoais deve ser comunicado de imediato ao Responsável pelo Tratamento e ao Encarregado de Proteção de Dados.

Todas as violações são objeto de registo interno. Sempre que exista risco para os direitos e liberdades dos titulares, a Comissão Nacional de Proteção de Dados é notificada no prazo máximo de 72 horas, nos termos do artigo 33.º do RGPD, bem como os titulares dos dados quando aplicável.

## 11. Subcontratantes e Plataformas Digitais Utilizadas

O Agrupamento de Escolas de Amares recorre a subcontratantes para a execução de determinados tratamentos de dados pessoais, nomeadamente no âmbito de plataformas digitais educativas, administrativas e de gestão escolar.

Entre outras, podem ser utilizadas as seguintes plataformas e sistemas:

- Plataformas de gestão administrativa e pedagógica (ex.: INOVAR, SIGE, GIAE, E360);
- Plataformas do Ministério da Educação para exames e provas nacionais;
- Serviços de correio eletrónico institucional e armazenamento em ambiente cloud;
- Sistemas de controlo de acessos, cartões e bibliotecas.

Todos os subcontratantes atuam ao abrigo de contrato escrito ou instrumento jurídico equivalente, nos termos do artigo 28.º do RGPD, garantindo confidencialidade, segurança da informação e utilização dos dados apenas para as finalidades determinadas pelo Agrupamento.

Sempre que exista tratamento de dados fora do Espaço Económico Europeu, são asseguradas garantias adequadas nos termos dos artigos 44.º e seguintes do RGPD.

### 11. Versão Resumida da Informação aos Titulares dos Dados

## 12. Versão Resumida da Informação aos Titulares dos Dados

O Agrupamento disponibiliza uma versão simplificada da informação sobre proteção de dados, destinada a alunos e encarregados de educação, nomeadamente no momento da matrícula, renovação de matrícula e utilização de plataformas digitais.

Esta versão resume:

- Que dados são recolhidos;
- Para que finalidades;
- Quais os direitos dos titulares;
- Como exercer esses direitos;
- Contactos do Responsável pelo Tratamento e do Encarregado de Proteção de Dados.

### 13. Disposições finais

O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelos órgãos competentes do Agrupamento de Escolas de Amares e substitui versões anteriores em matéria de proteção de dados pessoais.

Qualquer situação omissa será resolvida de acordo com o RGPD, a Lei n.º 58/2019 e demais legislação aplicável.

Janeiro de 2026

A Diretora



